

O redesenho do mundo

MARCOS TROYJO

Folha de S.Paulo, 31/07/2016

RESUMO Autor reúne evidências de que a globalização como foi entendida e idealizada nos anos 1990 está em crise, dando margem a um processo de reorganização das relações globais no campo do comércio e da circulação de bens, capitais e pessoas. Diversos vetores desglobalizantes estão mudando a cena mundial.

Globalização é um conceito maior do que contínuos avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações. Ela é identificada sobretudo com comércio e investimento internacionais crescentes, melhor coordenação macroeconômica, circulação mais livre de bens, capitais e pessoas, formas comuns de ver e sentir o mundo. E todas essas frentes estão em xeque. Há vários vetores "desglobalizantes" em cena.

Está posta à prova sobretudo a globalização dos valores, aquela ideia dos anos 1990 de que democracia representativa e economia de mercado eram os melhores parâmetros para a organização da sociedade. É a crise existencial do "homo davosiensis". Sinônimo de globalização profunda, o homem de Davos foi mestre do ecossistema vigente entre duas quedas: a do Muro de Berlim e a do Lehman Brothers. O mundo plano era seu habitat natural. "Outsourcing" e derivativos, alguns de seus utensílios. Mercado livre, a essência de sua cosmovisão. Desregulamentação, seu dogma.

Num curto-circuito histórico de duas décadas e meia, vemos como o mundo mudou. No início dos anos 1990, o cenário global tinha como parâmetros os seguintes pressupostos:

- a) a extinção da União Soviética e o subsequente "fim da história", concebido por Francis Fukuyama, levariam a uma era de conjunção entre democracia e livre mercado;
- b) acabada de vez a Guerra Fria, os EUA eram alçados à condição de hiperpotência;
- c) a ascensão econômica da Ásia tinha o Japão à frente;
- d) o mundo se reorientava em torno de blocos econômicos regionais, sendo a integração europeia o caso paradigmático.

Hoje esses parâmetros se alteraram para um cenário em que observamos:

- a) conflitos e tensões multiplataformas (terrorismo, crítica intra-Occidente à ordem liberal, ciber-vandalismo). No lugar do "fim da história", a emergência de poli-histórias;
- b) os EUA assolados por uma onda isolacionista-populista que encontra em Donald Trump sua principal expressão;
- c) a ascensão da Ásia liderada pela China;
- d) o estancamento das dinâmicas de integração regional e o ressurgimento do Estado-nação como protagonista.

COMÉRCIO

Em 25 anos, deixamos a globalização profunda em direção a um risco de desglobalização. Mais do que em qualquer área, tal risco se observa no comércio global, que atravessa profundas mudanças de forma e conteúdo. Nessa dinâmica, há muitos questionamentos sobre verdades que atuaram como bússola

para os negociadores. É o caso da prevalência das cadeias globais como forma de organizar a produção e a regionalização de acordos de livre-comércio como paradigma.

Num primeiro olhar, a consolidação da China como "fábrica do mundo" fez com que empresas chinesas abocanhassem fatias cada vez maiores do processo de produção. Nos anos 1990, já era comum a China atuar como montadora de produtos finais cujos componentes eram adquiridos de outros países.

Nessa fase, era necessário que as plantas industriais chinesas importassem grande parte daquilo que combinariam a um custo final baixo, antes de ser levado ao mercado mundial. Assim, a pujante industrialização chinesa das últimas três décadas se fez de mãos dadas com o aumento dos termos do comércio global.

Hoje, no entanto, capitalizadas por anos de boa performance e robustos superávits comerciais, as empresas chinesas foram progressivamente comprando as companhias responsáveis por fases intermediárias de produção. Com base nesse quadro, a produção –e portanto também o comércio– estão mais desglobalizados. É como se o mundo estivesse menos plano e mais chinês.

Essa tendência de desglobalização do comércio também pode ser verificada nos Estados Unidos e Europa, que, em contraposição à crise de 2008, tornaram-se mais protecionistas e incentivadores do conteúdo local.

Assim, o próprio Ocidente está flertando cada vez mais com o isolacionismo. Não é exatamente nacionalismo, mas individualismo nacional. Ao lado disso, está em curso uma crescente configuração em termos de poder, prosperidade e influência delineada –alternadamente em termos de concorrência e interdependência– pelo "G2": EUA e China.

E não se trata aqui apenas da retórica protecionista que impulsiona a candidatura de Donald Trump às alturas nos EUA. Ou mesmo das pesadas críticas que Hillary Clinton desfere contra supostos benefícios para os trabalhadores norte-americanos que resultarão do Tratado Transpacífico.

Recentemente, aumentou de modo marcante a resistência de países europeus ao mega-acordo com os EUA, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês).

A combinação de globalização profunda com avanço tecnológico desintegrou o que há um tempo, no Ocidente, poderia se chamar de classe trabalhadora. Hoje, mesmo aqueles países que ganharam enormemente com a escala global de suas exportações, como França e Alemanha, encontram ampla resistência em sua opinião pública para reformas modernizantes, como a do mercado de trabalho.

Em junho de 2016, eclodiram muitas manifestações na Alemanha contrárias a um comércio global mais livre. Justamente na Alemanha, que até 2009 era a maior exportadora do planeta e que tanto deve ao comércio como alavanca fundamental de seu reerguimento pós-Segunda Guerra. E tudo isso enquanto Obama e Merkel traçavam, ao menos no papel, as grandes linhas de uma nova aliança econômica ocidental.

Por essa lógica, a perda de eficiência em empresas norte-americanas ou europeias de atuação global seria compensada pela preservação de empregos locais e geração de impostos nas jurisdições nacionais de cada companhia. O resultado recente disso tudo é uma queda no valor do volume negociado globalmente aos níveis de 2009.

É também nessa direção que parecem ir os acordos de liberalização comercial. Se nos anos 1990 eles obedeciam a critérios regionais ou à ambição da liberalização universal orquestrada pela nascente OMC (Organização Mundial do Comércio), agora parecem sobretudo privilegiar valores compartilhados ou setores de interesse comum. São, portanto, mais seletivos e menos globais.

De fato, há uma diminuição do papel tanto do multilateralismo como da regionalização nas geometrias de comércio. A Rodada Doha da OMC está inerte e a organização, liderada pelo brasileiro Roberto

Azevêdo, busca sobreviver mostrando alguma relevância no desenho de molduras, como o Acordo de Facilitação de Comércio (TFA, na sigla inglês), que visa a simplificar e generalizar procedimentos alfandegários. Isso, contudo, é pouco.

Em 1992, o mundo observava o aparecimento do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, envolvendo México, EUA e Canadá), o nosso Mercosul e mesmo o aprofundamento da integração na Europa mediante a adoção do Tratado de Maastricht. Hoje, a vizinhança geoeconômica, longe de ser determinante, é apenas um dos fatores a serem levados em consideração. A Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) abarca duas das três maiores economias do mundo (EUA e Japão) e mais uma dezena de sócios da Ásia, Oceania e Américas.

Eles operarão sob a égide de regras de comércio e investimento comuns –e todas com clara implicação em formas compartilhadas de abordar temas como meio ambiente, normas trabalhistas, propriedade intelectual etc.

O ITA (Acordo sobre Tecnologias da Informação) não se orienta por qualquer critério geográfico, e conta com adesão de dezenas de países que em conjunto representam 98% do comércio global desse setor.

ÁSIA E BREXIT

Se a globalização ocidental encontra-se em xeque, a outra, sinocêntrica, ao menos se move. A China toca adiante o clã de instituições plurilaterais por ela liderado (Banco dos Brics, Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura, Fundo da Rota da Seda etc.). Expande seu perfil como fonte de investimentos estrangeiros diretos e empréstimo governo a governo.

Em contraposição, está sempre à espreita o temor de que a própria saúde econômica do país e o desconhecido que habita seu setor financeiro possam levar a China a ter de se concentrar em seus próprios problemas –e, portanto, projetar menor poder e influência para o resto do mundo.

A acirrada dinâmica do recente referendo britânico evidenciou fissuras hoje presentes em praticamente todos os processos de integração regional ao redor do mundo. Quando rolaram os dados que definiram a sorte do "brexit", além do descontentamento com a burocracia de Bruxelas, a suposta perda de soberania britânica e o problema da imigração maciça à Europa, os "saidistas" também tiveram em mente uma tendência, nesse mundo de baixo crescimento, a abraçar práticas de protecionismo comercial e de menores correntes de investimento.

É o que mostra o Relatório sobre Investimento Global realizado pela UNCTAD em 2016 e também o estudo da OMC sobre como as economias do G20 têm exponencialmente adotado medidas restritivas ao livre comércio.

Este mundo que insiste em se definir prioritariamente pelo Estado-nação foi reforçado com a crise de 2008. E hoje, além da crucial decisão britânica, acompanhamos com preocupação as eleições de novembro nos EUA e as que se realizarão na França e na Alemanha no ano que vem –todas com a tentação sombria do isolamento.

O corolário de muitos desses movimentos de reafirmação nacional vai além da simples reação à integração regional. No limite, é prova, mesmo no âmbito das grandes potências, de um grande desconforto com a globalização.

É por isso que a decisão britânica de se divorciar da UE tem sido interpretada pela maioria dos analistas internacionais como uma "puxada de tapete" na globalização.

Carmen Reinhart, professora de Harvard, fala em "golpe" na globalização, na medida em que uma das motivações que levaram à opção pelo rompimento britânico foi o sentimento contrário à mobilidade do fator trabalho, sobretudo na forma de ausência de barreiras a imigrantes.

Jeffrey Sachs, da Universidade Columbia, identifica no "brexit" sintomas dos "males profundos" da globalização, como a ênfase da política externa dos EUA na promoção de incursões militares externas, e não no apoio ao desenvolvimento sustentável.

REGLOBALIZAÇÃO

Talvez o que esteja ocorrendo, no entanto, seja a possibilidade de construção de uma globalização por outras vias. Os países em desenvolvimento, em especial aqueles mais dependentes da exportação de commodities agrícolas, enxergam a União Europeia mais como um obstáculo do que um facilitador para o comércio em que a maior parte do mundo emergente apresenta vantagens comparativas. Isso fica bastante claro nas inúmeras barreiras tarifárias e não-tarifárias, e em particular no estabelecimento de intrincadas normas técnicas, que a UE impõe na arena multilateral, com a OMC ou nas negociações bloco a bloco, caso das tratativas Mercosul-UE, que se arrastam há 17 anos.

Poucos contestariam a noção de que, na esfera agrícola, a UE tem representado menos, e não mais globalização. E, mesmo em setores industriais, no que toca ao resto do mundo, a Europa é mais parecida com um veículo de integração comercial ou um ator protegido por sofisticados escudos das mais diferentes ordens?

O "brexit" dá ao Reino Unido espaço de manobra e velocidade para acordos de qualquer natureza e com o parceiro que desejar. Nesse cenário, poderia adquirir um perfil de nação-comerciante bem mais pronunciado do que o que apresenta hoje.

É muito cedo –e ainda pouco provável– para afirmar que esses vetores favoráveis a mais livre comércio sem as limitações impostas por pertencer à UE predominarão sobre o sentimento de proteção de individualidade que governou a decisão britânica.

Ainda assim, se nos próximos dois anos, período previsto para o transcurso do divórcio, os britânicos multiplicarem acordos comerciais e desregulamentarem sua economia, isso incentivará mais, e não menos, globalização.

O presente cenário global carrega o potencial de uma inédita e bizarra contradição. Desde que o processo de inovação tornou-se motor da prosperidade –possibilitando o irromper de sucessivas revoluções industriais em torno da máquina a vapor, do método fordista de produção em série, do software e da internet, e agora da computação em nuvem e da economia compartilhada– sempre se verificou uma coincidência.

O epicentro da economia global –primeiramente o Reino Unido e depois os EUA– desempenhava o papel de grande defensor do livre-comércio. Com a emergência de candidatos como Trump salienta-se, ao contrário, a perigosa fronteira populismo-protetionismo. Se esse binômio vingar, observaremos o curioso fenômeno daquela que ainda é a maior economia global escondendo-se da globalização.

Há exatos 240 anos, o escocês Adam Smith publicava aquele que se tornaria o primeiro livro clássico de economia. Ali, examina a natureza e as causas da "Riqueza das Nações". Especialização, divisão do trabalho, ambição, propensão ao comércio e pouca intervenção do governo nos assuntos do mercado são os elementos que a "mão invisível" otimiza de modo a permitir um fluxo de riquezas sem precedentes.

Numa grande síntese, o que se pode afirmar é que as nações tornam-se mais prósperas não quando evitam, mas quando combinam seus diferenciais competitivos de forma a se adaptar exitosamente à globalização. Nesse sentido, o Brasil, uma das economias mais fechadas do planeta, tem muito o que aprender e a fazer. O país pode, contudo, estar na contramão dessas tendências mais insularizantes que se percebem mesmo em nações tradicionalmente identificadas com a defesa do livre-comércio.

E isso seria extremamente bem-vindo. Na política brasileira, estamos encerrando um ciclo populista-protetionista. Isso se pode converter numa grande vantagem comparativa em termos de negociações comerciais de caráter bi e plurilateral.

SAIR DA CAVERNA

A tendência à desglobalização resultará determinante dos fluxos de comércio nos próximos anos? Não necessariamente. O aumento dos custos de produção na China está levando a novas correntes de comércio em que países de mão de obra ou insumos mais baratos acabam por funcionar como fornecedores. Isso vale para vizinhos asiáticos como o Vietnã ou para parceiros distantes em outros continentes, como a África do Sul ou o Peru.

A ascensão de Índia e Indonésia também convida a novas ondas globalizantes, seja em seu papel expandido como "hubs" industriais, seja como fontes de formação de demanda por commodities minerais e agrícolas oriundas de África ou América Latina.

Inerte em decorrência de suas mazelas internas, o Brasil se encontra desconectado das grandes tendências que hoje operam no cenário global. Não aumentamos nossa importância no xadrez geopolítico. Nossa economia, de imenso potencial, permanece asfixiada por um modelo de baixa interação com o resto do mundo.

Isso não será para sempre assim. Com a consolidação de um governo minimamente funcional, o Brasil poderá ter sua conexão com o mundo restabelecida. E, quando isso ocorrer, o país provavelmente encontrará uma globalização que não esperou por ele.

O Brasil demonstrou pouco interesse em se adaptar ao paradigma anterior do comércio global. Como consequência, desindustrializou-se e reprimarizou seu perfil exportador, respondendo sobretudo à demanda externa de países como a China. Terá o Brasil agora a visão necessária para moldar-se aos novos riscos e oportunidades que emergem no horizonte?

O Brasil desperdiçou, no passado recente, boas oportunidades de conectar-se a um mundo, sobretudo em sua porção ocidental, mais simpático à interdependência. Hoje, o Ocidente está mais traumatizado com a globalização, e negociações econômicas se dão num nível de abrangência e detalhe (muito além de comércio e investimento) que o Brasil não está suficientemente equipado para enfrentar.

Quando sair da caverna em que agora se encontra, perceberá que ficou bem mais difícil integrar-se a uma fraturada economia global. Mas não há alternativa. O esforço terá de abranger muito mais do que diplomacia econômica e ganhar o mesmo grau de urgência de tantas outras adaptações competitivas a que o país tem de se lançar.

Seja a economia mundial mais livre ou seletiva, a história mostra, no limite, que se moldar à globalização e dela tirar proveito é a grande fonte da riqueza das nações.

MARCOS TROYJO, 50, economista e diplomata, é [colunista](#) da **Folha** e dirige o BRICLab na Universidade Columbia.